

PF associa dólares em casa de suspeito a verba sigilosa da Abin

Ação apreendeu US\$ 172 mil com ex-número 3 da agência, que não comenta

Ranier Bragan

BRASÍLIA A investigação da Polícia Federal no caso da "Abin paralela" associa os US\$ 172 mil em espécie encontrados na casa do então número 3 da agência a um suposto e atípico direcionamento da verba sigilosa da instituição para o gabinete do ex-diretor geral do órgão de inteligência e hoje deputado federal Alexandre Ramagem (PL-RJ).

Na primeira busca e apreensão no âmbito do inquérito, em outubro, a PF encontrou dinheiro na casa do então secretário de planejamento de gestão da Abin (Agência Brasileira de Inteligência), Paulo Maurício Fortunato.

Relatório da PF que está sob sigilo, e ao qual a Folha teve acesso, sinaliza a hipótese de desvio da verba sigilosa de operações de inteligência para explicar a origem do dinheiro.

O relatório, do final de novembro, mais de um mês depois da apreensão do dinheiro, diz que até então não havia referência da origem dos dólares, podendo configurar "outra estirpe de delitos, além da investigada — o uso

do software espião FirstMile para bishbilhotar ilegalmente adversários políticos.

Além da ausência de origem definida, a PF toma como base para fazer essa associação mais dois pontos.

O primeiro, o de que as notas de US\$ 20 e US\$ 100 apresentavam o mesmo estado de conservação e estavam divididas em blocos de série distintas, o que, para os investigadores, seria de difícil obtenção por uma pessoa comum, mas possível para instituições.

A segunda é o depoimento do ex-servidor da Abin Rodrigo Collu, um dos pivôs do caso FirstMile.

Ele e um colega sofreram processo administrativo interno por supostamente terem participado de uma licitação do Exército por meio de laranjas. Devido a isso, teriam ameaçado denunciar a irregularidade no uso do FirstMile caso fossem punidos (os dois foram presos e acabaram demitidos pelo governo Lula no dia da operação da PF, em outubro).

Collu disse, segundo a transcrição feita pela PF, que em 2021 houve um direcionamento

de verba sigilosa para o gabinete de Ramagem, o que teria causado estranhamento interno já que a direção geral da agência não participa de operações de inteligência.

Disse ainda que a verba secreta era usada por meio de cartões e os valores, sacados em espécie.

Por fim, afirmou ter ouvido na agência que a saída de Fortunato da função que ocupava na Abin à época — ele esteve em cargos de chefia na agência durante a gestão passada — se deu "em razão de divergência com Ramagem sobre o uso da verba sigilosa".

Em troca de mensagens que a PF também teve acesso, Fortunato diz que a maior parte da verba sigilosa alocada no gabinete de Ramagem era usada em viagens internacionais do presidente Jair Bolsonaro (PL).

Questionado, Ramagem não respondeu às perguntas enviadas à sua assessoria.

Em entrevista à *GlobeNews* no dia da operação, o deputado, que é pré-candidato à Prefeitura do Rio de Janeiro, negou qualquer utilização ou relação com softwares de espio-

Entenda apuração da 'Abin paralela'

Uso ilegal da agência A Polícia Federal apura a existência de uma estrutura paralela na Abin para rastrear adversários políticos de Jair Bolsonaro (PL).

FirstMile É um software de monitoramento usado pela Abin entre 2019 e 2021; ele acessava dados de geolocalização dos rastreados, e não podia interceptar ligações.

Aloos Alguns dos investigadores são Alexandre Ramagem (PL-RJ), ex-diretor-geral da agência, e o vereador Carlos Bolsonaro (Republicanos-RJ).

ragem da Abin e disse não ter tido acesso a informações sobre as investigações.

Na ocasião, Ramagem afirmou que há uma "salada de narrativas [...] sem conjunto probatório" e que nunca utilizou, teve acesso ou sequer teve as senhas do FirstMile. "Nunca tivemos a utilização, execução, gestão ou senha desses sistemas".

Fortunato não quis se manifestar. No dia da operação, a PF tentou tomar seu depoimento, mas ele optou naquele momento pelo direito de permanecer em silêncio.

Atestado do cargo por determinação do ministro Alexandre de Moraes, do STF (Supremo Tribunal Federal), o então diretor da Abin foi exonerado pelo governo dias depois da operação de outubro.

O relatório da PF do final de novembro serviu de base para que Moraes autorizasse a segunda operação de busca e apreensão do caso, dessa vez tendo os endereços de Ramagem como alvo, entre outros.

A PF pediu no relatório o afastamento do ex-chefe da Abin do cargo de deputado federal.

Moraes, porém, disse em sua decisão que não vislumbrava até aquele momento necessidade de adotar a medida, reproduzindo posição em igual sentido da FGR (Procuradoria-Geral da República), mas que isso poderia ser re-

realizado caso Ramagem voltasse a usar a prerrogativa de parlamentar para tentar interferir nas investigações.

O ex-chefe da Abin chegou

ir na audiência fechada da Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência do Congresso que ocorreu em outubro o atual diretor da agência, Luiz Fernando Corrêa, justamente sobre as investigações do uso do software durante a gestão Ramagem.

Moraes fez referência ainda aos requerimentos de informação feitos por Ramagem sobre as investigações das quais ele era alvo e disse que eventuais respostas dadas por órgãos como CGU (Controladoria-Geral da União), FGR e Abin deveriam ser submetidas a ele, "em face do sigilo das investigações".

A Abin está no foco do inquérito da PF desde março do ano passado, sob suspeita de, na gestão Bolsonaro, ter sido usada para bishbilhotagem ilegal de adversários do então presidente. Isso teria ocorrido por meio do FirstMile, software capaz de dar a localização aproximada de uma pessoa por meio das ondas da telefonia celular.

Moraes autorizou as operações de prisão, busca e apreensão que foram realizadas em outubro passado e em janeiro deste ano.

Além de Ramagem, o vereador Carlos Bolsonaro (Republicanos), filho do ex-presidente da República, também foi alvo da operação de busca no dia 29 de janeiro.

Na ação relativa a Carlos, a PF mirou pessoas que supostamente foram destinatárias das informações produzidas de forma ilegal pela agência de inteligência do governo.



Lula e Janja almoçam no Restaurante da Tia Zélia (de vermelho), local tradicional de encontro da esquerda em Brasília. Pedro Ladeira/Folhapress

Avaliação positiva do governo Lula cai para 33%, diz Ipec

SÃO PAULO Pesquisa divulgada pelo Ipec nesta sexta-feira (8) mostra piora da aprovação ao governo Luiz Inácio Lula da Silva (PT) após um ano e dois meses de mandato.

Segundo o Ipec, consideram a gestão ótima ou boa 33%, ante 38% na pesquisa anterior, de dezembro pas-

sado. Outros 33% a veem regular, e 34% ruim ou péssima, uma oscilação positiva de dois pontos em relação aos dados anteriores.

Não sabe/cita não respondeu 3%. A sondagem foi realizada dos dias 2º a 5 de março, ouvindo presencialmente 2.000 elei-

tores em 130 municípios do país. A margem de erro é de dois pontos para mais ou para menos.

O dado é o pior da série de levantamentos do Ipec, iniciada em março do ano passado. À época, o governo federal teve a maior avaliação positiva, de 41%. Depois, os-

ciou até dezembro, até a atual queda.

Já a avaliação negativa é a maior desde o início das pesquisas no mandato, quando 24% viam a gestão como ruim ou péssima.

Segundo o Instituto de Pesquisas, a queda nos que consideram o governo ótimo ou bom foi puxada, den-

tre outros, pelos que declararam ter votado no mandato em 2022 (de 69% para 61%), os que vivem no Nordeste (de 34% para 41%) e os que possuem renda de até um salário mínimo (de 66% para 58%).

Matheus Tupiara

TCE-RJ cancela multa a assessor de Zema por rombo na previdência

Italo Nogueira

RIO DE JANEIRO O TCE-RJ (Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro) cancelou na terça-feira (6) a multa imposta ao economista Gustavo Barbosa por um rombo no fundo de previdência dos servidores do estado, do qual foi diretor-presidente por seis anos.

Atualmente assessor de Governo de MG, Barbosa teve os bens bloqueados por uma ação movida pelo MP-RJ, tendo como uma das bases condenação anterior do TCE-RJ.

A decisão beneficia ainda o ex-governador Luiz Fernando Pezão (MDB), que também havia sido responsabilizado pelo prejuízo estimado em R\$ 91 milhões.

Barbosa, secretário de Fazenda de MG até fevereiro, afirmou que "a decisão mostra que tudo foi feito sob uma perspectiva técnica, sem qualquer ação que buscasse dano ao erário fluminense".

"Espero que a ação do Ministério Público e o bloqueio absurdo dos meus bens sejam revertidos, já que eram lastreadas na posição [anterior] do TCE".

Pezão disse que sempre confiou na justiça. "Tinha certeza de que essa absolvição chegaria. Esta decisão é uma grande vitória e vai encerrar um capítulo doloroso e injusto da minha história, reestabelecendo minha dignidade".

O prejuízo ocorreu na operação de antecipação de royalties feita para a enfrentar a crise durante a gestão Pezão.

O MP-RJ diz que as principais irregularidades ocorreram após quebra de cláusulas que protegiam os investidores estrangeiros. "É nesse contexto que ocorreu a renegociação conhecida como 'waiver', principal objeto da ação civil pública". Segundo a ação, a renegociação gerou danos (de 32% para 41%) e os que possuem renda de até um salário mínimo (de 66% para 58%).

Matheus Tupiara